

O TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA E DESENVOLVIMENTO LOCAL EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO BRASILEIRAS

COMMUNITY-BASED TOURISM AND LOCAL DEVELOPMENT IN BRAZILIAN FEDERAL CONSERVATION UNITS

Yasmin Alves – Universidade Federal do Pará | E-mail: yasminalvesalves@gmail.com

Christian Nunes da Silva – Universidade Federal do Pará | E-mail: cnsgeo@yahoo.com.br

Resumo

O desenvolvimento local é o processo de mudança social, que busca a compatibilização entre o crescimento econômico e a conservação ambiental, a qualidade de vida e a equidade social. A prática do turismo sustentável se utiliza dos patrimônios natural e cultural, com o intuito de incentivar suas conservações, estimulando o surgimento de experiências, que promovam o desenvolvimento local. As Unidades de Conservação, desde as suas primeiras concepções, têm, por objetivo, o uso público focado nas práticas do turismo, do lazer e da recreação, utilizando-as como ferramentas de monitoramento e de proteção da biodiversidade de tais áreas. Nesse sentido, o Turismo de Base Comunitária (TBC) é uma modalidade de gestão do turismo, que visa ao protagonismo comunitário, em todos os processos de organização, de elaboração e de execução da atividade turística, além de conservar ao máximo os recursos ambientais, a cultura e o bem-estar das populações locais. A experiência vivida implanta uma consciência ambiental em seus praticantes, além de trocas de saberes entre comunitários e turistas. Assim, este estudo objetiva realizar uma análise do desenvolvimento local e da aplicabilidade das práticas do TBC no turismo sustentável, considerando seu emprego em Unidades de Conservação.

Palavras-chave: Desenvolvimento Sustentável. Turismo de Base Comunitária. Unidades de Conservação.

Abstract

Local development is the process of social change that seeks to make economic growth compatible with environmental conservation, quality of life, and social equity. The practice of sustainable tourism uses both natural and cultural heritage in order to encourage its conservation, stimulating the emergence of experiences that promote local development. The Conservation Units, since their first conceptions, have, as objective, the public usage focused on tourism, leisure and recreation practices, using them as tools for monitoring and protecting the biodiversity of such areas. In this sense, Community-Based Tourism (CBT) is a type of tourism management that aims at the community protagonism in organization, development, and execution processes of the tourist activity, besides conserving as much as possible the environmental resources, the culture, and the well-being of the local populations. The lived experience implants an environmental awareness in its practitioners, besides the exchange of knowledge between communities and tourists. Thus, this study aims to conduct an analysis of both local development and applicability of CBT practices in sustainable tourism, considering its use in Conservation Units.

Keywords: Sustainable development. Community-Based Tourism. Conservation Unit.

1. INTRODUÇÃO

A discussão acerca do desenvolvimento advém de processo de reflexões e de aspirações acadêmicas, políticas e ideológicas. Com o passar dos tempos, mais

especificamente, a partir da segunda metade do século XX, a sociedade galgou por transformações no método de desenvolvimento, que, antes, visava apenas ao crescimento econômico e, agora, apresenta uma abordagem mais social, buscando o bem-estar socioambiental de todos e elevando a discussão para a proposição de ações de desenvolvimento sustentável.

Com o avanço de um modelo de desenvolvimento predatório para os recursos naturais, as políticas públicas, que apontam para a preservação e para a conservação do meio ambiente, são necessárias para evitar a perda da sociobiodiversidade. No Brasil, criou-se o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), instituído pela Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, com os intuitos de conservar e de preservar a biodiversidade, por meio do uso sustentável dos recursos naturais, considerando as populações tradicionais existentes nos territórios.

As Unidades de Conservação são espaços com características naturais relevantes, que têm a função de assegurar a representatividade do patrimônio biológico existente, além de garantir o uso sustentável dos recursos naturais e, ainda, proporcionar, às comunidades envolvidas, o desenvolvimento de atividades econômicas sustentáveis em seu interior ou entorno.

Em consonância com esta lógica, as práticas do turismo em áreas naturais protegidas devem ser desenvolvidas e compatibilizadas, de acordo com suas especificidades, e, no caso das Unidades de Conservação, principalmente, as de Proteção Integral, devem ser levados em consideração ações e programas previstos no Plano de Manejo, promovendo o desenvolvimento sustentável e a geração de receitas próprias em prol da UC.

Nesse sentido, levanta-se o questionamento sobre a importância do Turismo de Base Comunitária (TBC) na conservação de áreas protegidas — especificamente, as Unidades de Conservação – e a sua contribuição para o desenvolvimento local sustentável, levando em consideração que o TBC é uma modalidade de gestão do turismo, que visa ao protagonismo comunitário em todos os processos de organização, de elaboração e de execução da atividade turística, além de conservar os recursos ambientais, a cultura e o bem-estar das populações locais ao máximo. Tal tipo de experiência vivida aguça a consciência ambiental de seus praticantes, além de

promover trocas de saberes entre comunitários e turistas. Assim, este estudo tem, por objetivo, apresentar uma análise sobre o desenvolvimento local e sobre a aplicabilidade das práticas do TBC no turismo sustentável, considerando, ainda, a utilização dos seus mecanismos em Unidades de Conservação.

2. O DESENVOLVIMENTO LOCAL E A BUSCA PELO SUSTENTÁVEL

O entendimento acerca do conceito de desenvolvimento é complexo e importante, relativamente à busca e ao uso equitativo dos recursos entre as diversas sociedades. De acordo com Vasconcellos Sobrinho (2013):

[...] o termo desenvolvimento passa por um contínuo aperfeiçoamento em sua definição [...]. [Em] um primeiro momento, desenvolvimento trazia unicamente as ideias de progresso, de crescimento, de industrialização, de transformação e de modernização (VASCONCELLOS SOBRINHO, 2013, inserção nossa).

Esta era visão estritamente econômica, na qual as riquezas de uma nação eram medidas exclusivamente pelo Produto Interno Bruto (PIB) per capita, isto é, sua abordagem era meramente quantitativa.

Para Coriolano (2012), o desenvolvimento foi um conceito criado pelos países influentes para explicar as desigualdades entre as nações. Este conceito foi associado à ideologia capitalista de que as nações pobres poderiam superar tais problemas, caso seguissem as regras estabelecidas pelos países dominantes. Isto é, imbrica-se a ideia de fazer os países mais pobres caminharem em busca de superar suas pobreza, o que, muitas das vezes, os tem levado a buscar equivocadamente este desenvolvimento.

Ao desenvolvimento atribui-se significados, valorações e direções, associado a algo positivo ou que conduz para melhor. Quase sempre falar de desenvolvimento é falar do futuro, do mundo que se quer (do devir) e não do mundo que se vive. Desenvolvimento é um processo multidimensional, territorial, ambiental, econômico, social e cultural. Uma forma de percepção que tem modelado a realidade, produzindo mitos, fantasias, paixões, violências e políticas (CORIOLANO, 2012, p. 63).

Entende-se que desenvolvimento está relacionado à mudança, à melhora na qualidade de vida da sociedade, como um todo, mesmo que o termo seja utilizado frequentemente como sinônimo de crescimento ou aumento, economicamente falando, isto não explicita a totalidade ou a amplitude do termo. Partindo deste

apontamento, surge a expressão “desenvolvimento sustentável”, que, ao longo dos anos, disseminou-se em vários setores sociais, como no campo acadêmico, nas discussões intelectuais e políticas e, principalmente, no uso comercial de sua ideia, porém, neste último caso, com teor “modista”.

A Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento escreveu um relatório chamado *Nosso Futuro Comum* (*Our Common Future*) ou *Relatório de Brundtland*. Este documento continha a definição mais difundida do conceito de desenvolvimento sustentável, que é: “[...] aquele que atende às necessidades do presente, sem comprometer a capacidade de as gerações futuras também atenderem as suas” (WCED, 1987).

Entretanto, as ações empreendidas em nome do desenvolvimento sustentável têm se mostrado, até o momento, pouco capazes de fazer frente à complexidade dos desafios das questões ambientais, como: redução das desigualdades; crescimento econômico planejado, degradação e conservação ambientais; usos e manejos conscientes e adequados dos recursos; entre outros. Assim, deve-se compreender que o desenvolvimento sustentável é um processo de transformação qualitativa, que permite destacar o caráter operacional da sustentabilidade (IVARS BAIDAL, 2001).

Magalhães (2003) afirma que, apesar da existência de várias definições para o desenvolvimento sustentável, existe um consenso em torno da ideia-base do conceito, ou seja, “[...] desenvolvimento com equidade social intrageração e entre gerações [...]. Todos são favoráveis ao desenvolvimento sustentável, mas pouco se aprendeu sobre como promove-lo e, particularmente, como introduzi-lo”.

Desta forma, o desenvolvimento local sustentável é um processo de mudança social que busca a compatibilização entre o crescimento econômico e a conservação ambiental, a qualidade de vida e a equidade social, colaborando para a elevação das oportunidades sociais e assegurando a conservação dos recursos naturais locais (BUARQUE, 2004).

3. A RELAÇÃO ENTRE O TURISMO SUSTENTÁVEL E O DESENVOLVIMENTO LOCAL EM ÁREAS PROTEGIDAS

Atualmente, o termo sustentabilidade é utilizado como “[...] prefixo de suporte para diferentes assertivas, como maneira de demonstrar uma faceta nova para categorias já conhecidas, tais como: sustentabilidade socioeconômica, cultural, ambiental, turística etc.” (PINTO, 2016, p. 77).

O turismo, por ser considerado uma atividade que promove a transformação do espaço, necessita, não, apenas, de uma organização interna dos setores que promovem os itinerários turísticos e que beneficiam os locais de destino, mas carece de um intermediário, que avalie os efeitos negativos e que maximize os benefícios. A atividade turística, assim como outras atividades econômicas, busca um equilíbrio sustentável entre o ser humano e o meio ambiente, a partir da valorização do ambiente, da cultura das comunidades locais e dos turistas.

A importância da conservação da natureza e a gestão dos recursos naturais e culturais são vitais para a atividade turística, haja vista que estes recursos constituem os atrativos turísticos, os quais são a base da oferta turística e instigam as diferentes motivações do turista a conhecer novos hábitos (LEVÍ, 2012).

Existem várias definições para o turismo sustentável, mas, para a Organização Mundial do Turismo (OMT) (1999), o turismo sustentável é assim definido:

[...] atividade que satisfaz às necessidades dos turistas e às necessidades socioeconômicas das regiões receptoras, enquanto a integridade cultural, a integridade cultural, a integridade dos ambientes naturais e a diversidade biológica são mantidas para o futuro (OMT, 1999).

Este agenciamento do desenvolvimento local pelo turismo se dá por destaque de três orientações para a formulação de alternativas:

- a) A manutenção da identidade cultural dos lugares com o próprio fator de atratividade turística e o estabelecimento de um maior intercâmbio e integração entre as populações hospedeiras e os visitantes
- b) A construção de uma via democrática para o desenvolvimento de certas localidades [...] como fator estruturante da valorização das suas potencialidades ambientais e culturais, com a participação da população local na condução ativa desse processo;
- c) Estabelecimento de pequenas escalas de operação e baixos efeitos impactantes dos investimentos locais em infraestrutura turística: conservação do meio ambiente, rusticidade local, valorização sem transformação (SOUZA, 1999, p. 10).

Levando a discussão para as áreas protegidas, mais especificamente, para as Unidades de Conservação, a dinamização da cadeia produtiva do turismo gera

desenvolvimento nos níveis local e regional, dentro e no entorno da Unidade de Conservação. A ampliação da visitação gera impactos positivos nas áreas naturais e nas suas comunidades, o que ajuda na redução da pressão sobre os recursos naturais, devido aos usos desregulados, e gera uma fonte alternativa de recursos, principalmente, financeiros para estas áreas, promovendo a sua sustentabilidade financeira e melhorando a promoção do desenvolvimento sustentável, além de consolidar o Turismo Sustentável como estratégia de preservação da natureza, elevando a qualidade da prestação de serviços turísticos nas áreas protegidas e em seus entornos (BRASIL, 2014).

Com a oportunidade de realizar visitas às áreas naturais, o turismo representa uma alternativa de geração de renda para os moradores locais e do entorno, bem como permite a compreensão da importância da preservação da diversidade biológica, o que pode contribuir para o equilíbrio ambiental.

De maneira geral, a utilização de áreas protegidas para o turismo sustentável reflete algumas tendências globais, entre as quais o crescimento da consciência ambiental, em função dos níveis crescentes de degradação da base de recursos naturais, incluindo a destruição de ecossistemas de alta relevância no contexto da preservação da biodiversidade, e o processo de reencontro do homem com sua própria essência, abandonada pela sociedade de consumo (NELSON; PEREIRA, 2004, p. 71).

Nesse sentido, o turismo em Unidades de Conservação é permeado pelo ideal da sustentabilidade, tendo, como foco ou objetivo ideal, o resguardo dos recursos naturais. Assim, é imprescindível viabilizar, à população, seja ela local ou não, uma área destinada a atividades que promovam a “[...] educação e interpretação ambiental, a recreação em contato com a natureza e o Turismo ecológico” (BRASIL, 2000), sendo, estas, ferramentas essenciais à conservação e à preservação da natureza.

O Turismo deve viabilizar a promoção e a propagação de valores naturais, culturais e sociais de um local, a fim de ampliar as perspectivas da sociedade, com foco no desenvolvimento local. Compreende-se, assim, que o turismo em áreas naturais, como nas Unidades de Conservação — seja pelo ecoturismo, seja pelo TBC — já está acompanhado dos aspectos ambientais e sociais e das restrições, quanto às possibilidades de realização da atividade.

4. O TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA: SUAS CONTRAPOSIÇÕES AO TURISMO DE MASSA

Como visto na sessão anterior, o turismo sustentável é uma atividade que deve ser desenvolvida em consonância e em harmonia com o meio ambiente e com as comunidades locais, de forma que estas se convertam em beneficiárias permanentes e que deixem de ser espectadoras de todo o processo de desenvolvimento, pois o turismo, quando delineado e ordenado, dentro dos princípios da sustentabilidade, “[...] fortalece as culturas local e regional, preservando a identidade social, fomentando a diversidade cultural das comunidades, dos grupos e das regiões, com elevação da autoestima dos indivíduos/cidadãos” (BRASIL, 2007).

Para o turismo, o poder que o local pode exercer na execução desta atividade vem do argumento de adoção de políticas e de programas fundamentados nas descentralizações administrativa e financeira (PINTO, 2016). Todavia, deve-se levar em consideração que as práticas em comunidades de porte pequeno nem sempre logram o êxito esperado, segundo apontam as pesquisas realizadas por Bursztyn, Bartholo e Delamaro (2009).

Conclui-se que se faz necessária a busca de um modelo que se contraponha ao do turismo de massa e que respeite as heranças culturais e as tradições locais. Nessa contraposição da cadeia turística, surge o denominado Turismo Comunitário ou Turismo de Base Comunitária (TBC), uma modalidade de turismo protagonizada, essencialmente, pelas comunidades receptoras, na qual a gestão de bens e de serviços turísticos fica por conta da própria vontade da comunidade (COSTA, 2013). Tal oportuniza, às comunidades locais, um meio de captação de renda, contudo, mantendo diretamente as atividades primárias destas populações (agricultura familiar, caça e pesca, extrativismo, etc.), pois a sua rotina e a sua vivência são as principais atrações oferecidas ao público consumidor desta modalidade de turismo.

Em seu escopo, o TBC propõe o desenvolvimento da atividade turística em nível local, concentrada nos recursos endógenos das comunidades, ressaltando e promovendo os potenciais da conservação ambiental, da valorização da identidade

cultural e da geração de benefícios para as comunidades receptoras (HENRÍQUEZ; SAMPAIO, ZECHNER, 2008).

Na literatura específica e nos programas oficiais de fomento, o TBC é apresentado como uma proposta fortemente associada ao turismo sustentável e ao desenvolvimento local (CORIOLANO, 2009; SANSOLO; BURSZTYN, 2009). Nesse sentido, a atividade turística pode abrir novo leque de oportunidades de trabalho, em conjunto com a mão de obra familiar, contribuindo para o aumento da renda e para a melhoria das condições de vida da população local.

Por muitos anos, a discussão acerca do TBC no Brasil tinha um sentido periférico, longe das tendências e das demandas nacionais e internacionais. A partir da década de 1990, ocorreu uma movimentação de pesquisadores de várias regiões do Brasil, o que ocasionou, em 1997, na cidade de São Paulo, a realização do I Encontro de Turismo de Base Local (ENTBL), debatido, posteriormente, com os movimentos sociais no I Seminário Internacional de Turismo Sustentável, realizado em Fortaleza, em 2003 (HENRÍQUEZ; SAMPAIO; ZECHNER, 2008).

Estes encontros serviram para demonstrar o engajamento de pesquisadores e para viabilizar a consolidação de redes não formais de pesquisa, além de possibilitar o desenvolvimento de investigação, de projetos e de publicações sobre a temática. Porém, Irving (2009) discorre que, apesar de toda esta movimentação e do crescimento da demanda por fóruns desta natureza, tal produção acadêmica permaneceu nos “bastidores”, até recentemente (FABRINO; NASCIMENTO; COSTA, 2016).

De acordo com Fabrino (2013):

[...] embora não haja uma definição amplamente aceita do TBC, a literatura específica considera, como elemento comum, a interpretação da comunidade como sujeito de seu próprio avanço, participando da concepção, desenvolvimento e gestão do turismo” (FABRINO, 2013).

Assim, em 2008, o Ministério do Turismo (MTur) passou a reconhecer institucionalmente a existência do Turismo de Base Comunitária, ao publicar um edital (n. 001/2008) voltado para o fomento a estas atividades.

Neste edital, o MTur define TBC da seguinte forma:

O turismo de base comunitária é compreendido como um modelo de desenvolvimento turístico, orientado pelos princípios da economia

solidária, associativismo, valorização da cultura local, e, principalmente, protagonizada pelas comunidades locais, visando à apropriação por parte dessas dos benefícios advindos da atividade turística (BRASIL, 2008).

O Instituto Chico Mendes para Conservação da Biodiversidade (ICMBio), com o intuito de constituir um padrão representativo para o TBC nas UC brasileiras, na esfera federal, de acordo com princípios e com diretrizes compatíveis com a conservação da biodiversidade, com a salvaguarda da história e da cultura das comunidades locais e com o protagonismo comunitário, desenvolveu o trabalho Turismo de Base Comunitária em Unidades de Conservação Federal: Princípios e Diretrizes no ano de 2018. Esta publicação é orientada, principalmente, a gestores de unidades, visando a contribuir para o alcance dos objetivos do SNUC (BRASIL, 2018). Assim, a publicação, em seu escopo, define o TBC da forma que segue:

Turismo de Base Comunitária é um modelo de gestão da visitação protagonizado pela comunidade, gerando benefícios coletivos, promovendo a vivência intercultural, a qualidade de vida, a valorização da história e da cultura dessas populações, bem como a utilização sustentável para fins recreativos e educativos, dos recursos da Unidade de Conservação (BRASIL, 2018, p. 06).

O MTur (BRASIL, 2010) balizou, como princípios comuns ao TBC: a autogestão; o associativismo e o cooperativismo; a democratização de oportunidades e de benefícios; a centralidade da colaboração, da parceria e da participação; a valorização da cultura local; e, principalmente, o protagonismo das comunidades locais na gestão da atividade e/ou na oferta de bens e de serviços turísticos, visando à apropriação, por parte destas, dos benefícios advindos do desenvolvimento da atividade turística.

Com isso, o Turismo de Base Comunitária se vincula a uma proposta de desenvolvimento local, capaz de contribuir para a consolidação das dimensões da existência humana em sociedade, ou seja, do trabalho, do social, da política e da cultura, logo da vida em sociedade, pois o desenvolvimento turístico depende do saber endógeno, para a construção do projeto, e as populações locais participam dos processos de planejamento, de implementação, de avaliação do projeto turístico, bem como de sua efetivação, garantindo as essências da sustentabilidade e da conservação dos patrimônios natural e cultural.

Sobre o Turismo de Base Comunitária, as discussões e as ações desta modalidade de gestão turística entraram em voga no cenário nacional, após o lançamento do Plano Nacional de Turismo (PNT) 2007-2010, em que houve o entendimento da necessidade de prover ações estratégicas de inclusão social e de participação nas políticas públicas da área. Nesse sentido, o TBC desponta como uma ferramenta importante de diversificação da oferta turística brasileira, pois é capaz de proporcionar o desenvolvimento local (BRASIL, 2006).

Em 2008, o MTur lança o Edital de Chamada Pública de Projetos nº 001/2008, que contemplava a inserção de iniciativas de TBC na economia de mercado, com base nos princípios da economia solidária. Os objetivos do edital são: 1) fomentar as iniciativas existentes organizadas e/ou identificadas como de Turismo de Base Comunitária; e 2) apoiar projetos de TBC, para o fortalecimento de roteiros segmentados, com foco no território, para o desenvolvimento local e para a inclusão social, a qualificação, a certificação e o apoio à produção, associada ao turismo.

Tal processo público recebeu mais de 500 propostas, sendo que a intenção do MTur era de selecionar de 10 a 15 projetos, distribuídas nas cinco macrorregiões do Brasil, demonstrando que o TBC estava ganhando força, com iniciativas aflorando de todas as regiões do país. Porém, o número de projetos enviados foi surpreendente, o que fez o ministério ampliar para 50 o número de projetos escolhidos. No total, foram escolhidos 43 projetos, que receberam investimentos da ordem de 7 milhões de reais para o desenvolvimento (BRASIL, 2010).

O Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM) (2019), em acordo com o MTur, desenvolveu, desde o início do ano de 2011, o *Programa de Mobilização do Turismo Local (MOB Turismo Local)*, no intuito de incrementar iniciativas de Turismo de Base Local, de Turismo de Base Comunitária e de Produção Associada ao Turismo nas doze cidades-sede da Copa do Mundo de 2014, bem como em destinos indutores do turismo selecionados.

Os projetos do MOB buscavam as inclusões econômica e social, a valorização do acervo cultural das localidades, a diversificação da oferta turística e o aumento da competitividade, dentro das diretrizes de desenvolvimento sustentável.

Para Dorez (2015), o desenvolvimento de políticas públicas para o TBC, por parte do Governo Federal, ainda é considerado insuficiente, visto que não há um

plano, um programa ou um projeto que priorize este modelo de turismo. As ações governamentais ainda se mostram pontuais nos departamentos de secretarias nacionais ou de ministérios, focados, ainda, no apoio a experiências de projetos de TBC.

5. O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NO BRASIL

A proposta de TBC nas Unidades de Conservação vem adquirindo cada vez mais visibilidade como uma alternativa de turismo alicerçada em bases sustentáveis, corroborando o compromisso ético-social da modalidade. Nessa nova maneira de gerir o turismo, são recorrentes as temáticas da inclusão social, da participação comunitária qualitativa, do empoderamento social, da construção de políticas públicas, do uso de tecnologia social, da educação ambiental, etc., visando à construção de um novo paradigma da atividade turística, a partir do TBC (DUTRA, 2017). O TBC tem sido considerado estratégico na redução da pobreza e na promoção de impactos sociais e ambientais positivos, com diferentes experiências, no âmbito das políticas públicas de diversos países e no Brasil (BARTHOLO; SANZOLO; BURZSTYN, 2009).

Por essa perspectiva, as iniciativas de TBC reafirmam a importância das alternativas endógenas e do protagonismo social local nos processos de planejamento e desenvolvimento turístico, em articulação à gestão de Unidades de Conservação. Parte-se, assim, do pressuposto que as populações locais são essenciais ao processo de conservação da biodiversidade como parceiras da gestão pública (BRASIL, 2019, p. 16).

O desenvolvimento turístico em Unidades de Conservação se inspira na premissa de bases sustentáveis, seguindo a legislação vigente, tornando-se importante instrumento de inclusão social e de afirmação dos direitos de povos e de populações tradicionais, atrelado, ainda, às políticas públicas de proteção da natureza (BRASIL, 2019). O Turismo de Base Comunitária pode ser um colaborador nesse processo, ou seja, “[...] uma estratégia a mais para comunicar à sociedade os valores ambientais, sociais e culturais das UC” (BRASIL, 2019, p. 25).

Questões como o protagonismo comunitário, a oportunidade de experiência entre culturas distintas e a partilha dos benefícios, advindos da visitação, entre os

membros da comunidade são ressaltadas no TBC. Nesse sentido, o TBC pode contribuir com o aumento do apoio às áreas protegidas, uma vez que a:

[...] atividade pode contribuir para diversificar e enriquecer os programas de uso público, além de incrementar a renda e a qualidade de vida das comunidades, aproximando-as positivamente da gestão das Unidades de Conservação (BRASIL, 2019, p. 25-26).

Mesmo que o desenvolvimento do TBC ainda seja incipiente nas Unidades de Conservação, ressalta-se a emergência de um movimento de contracultura, quanto ao universo avassalador do turismo de massa, que se apresenta insustentável, na atualidade. Inclui-se, neste cenário, a apreensão, quanto aos caracteres meramente atrativos e mercadológicos do patrimônio natural (DUTRA, 2017, p. 272).

[...] o TBC pode ser uma possibilidade efetiva de trabalhar a visitação pública nas UC, com ganhos à conservação das áreas naturais protegidas, às comunidades e aos visitantes. No entanto, [...] muitos desafios permeiam a atividade, por isso a importância de fomentar capacitações em temas relevantes às diferentes realidades locais, assim como estabelecer e fortalecer o diálogo com os diferentes atores com experiência no tema. (BRASIL, 2019, p. 110).

No Quadro 1, tem-se as experiências de TBC em Unidades de Conservação federais, geridas pelo ICMBio. Tais experiências estão disponíveis na publicação Turismo de Base Comunitária em Unidades de Conservação Federais: caderno de experiencias, lançado em 2019 pelo instituto, que reúne o aprendizado de 13 Unidades de Conservação federais, que abrigam iniciativas de TBC.

Quadro 1 – Experiências de TBC em UC federais no Brasil

Experiência de TBC em Unidades de Conservação federais brasileiras	Informação da Unidade de Conservação
Área de Proteção Ambiental (APA) de Petrópolis	Criada em 1982, em Petrópolis (RJ), para a conservação da Mata Atlântica e do conjunto paisagístico-cultural da região serrana do estado. O TBC veio como uma aposta para incrementar a renda dos moradores do Quilombo da Tapera e para dar possibilidades de trabalho no próprio território. O projeto tem um olhar para a construção e para a socialização do acervo de conhecimentos e de memórias da comunidade, oportunizando que as lideranças jovens conheçam uma história que lhes foi, muitas vezes, negada, em virtude do preconceito
Área de Proteção Ambiental (APA) de Guapi-Mirim	Protege, desde 1984, os mangues da Baixada Fluminense, no recôncavo da Baía de Guanabara, no Rio de Janeiro, assegurando a sobrevivência das comunidades que vivem de seus recursos naturais. Inserida em um contexto de grande pressão pela instalação de empreendimentos industriais e imobiliários, a Unidade de Conservação aposta no TBC, e nas capacitações voltadas à atividade, como formas de gerar renda e de apoiar as comunidades em situação de vulnerabilidade social
Área de Proteção Ambiental (APA) de Cairuçu	Criada em 1983 e localizada em Paraty (RJ), a Unidade de Conservação protege o ambiente natural e as paisagens da Mata Atlântica e da Serra do Mar, além dos sistemas hidrológicos e das comunidades caiçaras, indígenas e quilombolas. Está inserida em contextos de grande especulação imobiliária e de pressão turística. Com forte protagonismo, as comunidades criaram uma rede de TBC para difundir e para salvaguardar seu patrimônio cultural
Parque Nacional (PARNA) da Chapada Diamantina	Mistura de Cerrado, de Caatinga e de Mata Atlântica. Criado em 1985, resguarda a Serra do Sincorá, na Bahia. Considerado, pelo Ministério do Turismo, em 2010, como o principal roteiro de ecoturismo do Brasil, este TBC surge como uma forma de viabilizar produtos turísticos, que integrem os atrativos naturais do Parque Nacional da Chapada Diamantina e do Parque Natural Municipal de Andaraí com os atrativos histórico-culturais de comunidades de assentados de reforma agrária de Itaetê, contribuindo para a qualidade de vida e para a autoestima destas comunidades
Parque Nacional (PARNA) do Pico da Neblina	Criado em 1979 e localizado no estado do Amazonas, o parque tem sobreposição com outras áreas protegidas, incluindo quatro terras indígenas. O TBC aparece como um aliado na transformação de conflitos históricos em oportunidades cooperativas de atuação conjunta entre a Unidade de Conservação e a comunidade indígena. A atividade é uma alternativa para melhorar a qualidade de vida dos Yanomami da região e, também, para mostrar ao mundo que o Pico da Neblina é um lugar sagrado para este povo
Floresta Nacional (FLONA) do Tapajó	Criada em 1974 nos municípios de Aveiro, de Belterra, de Placas e de Rurópolis, no Oeste do Pará, a Unidade de Conservação recebe um número expressivo de visitantes. Referência em organização comunitária, as comunidades da área em questão protagonizam uma série de atividades, entre elas, o TBC. Atualmente, um dos principais focos de trabalho dessa agenda é o ordenamento das atividades turísticas da Unidade, envolvendo o mapeamento das trilhas, a revisão do regimento interno dos condutores, a elaboração de portaria com critérios e com normas para a condução no espaço da Unidade de Conservação e a construção do Plano de Uso Público

Reserva Extrativista (RESEX) Tapajó-Arapiuns	Localizada nos municípios de Santarém e de Aveiro, no Pará, foi criada em 1998. A comunidade de Anã é a protagonista do TBC na Reserva, que apresenta um histórico muito interessante de organização comunitária, desde o início do processo de criação da Unidade de Conservação. A Cooperativa de Turismo e Artesanato da Floresta (Turiarte), da qual Anã faz parte, é uma referência nacional na gestão do TBC, possuindo ampla experiência em realização de roteiros para grupos de visitantes brasileiros e estrangeiros, com motivações diversas, como viagens educativas, científicas, motivacionais, de lazer e de intercâmbio de conhecimentos
Reserva Extrativista (RESEX) Marinha Soure	Criada em 2001, no município de Soure (PA), a Unidade de Conservação compatibiliza o desenvolvimento comunitário e a conservação ambiental. As atividades de TBC na Reserva são variadas e podem ser vivenciadas em três comunidades. Atualmente, há dois projetos previstos na Unidade de Conservação: um, para a formação de uma rede de TBC entre as comunidades da Unidade, para que possam divulgar e vender seus produtos; e outro projeto, voltado ao ordenamento da atividade turística
Reserva Extrativista (RESEX) Marinha do Delta do Parnaíba	Criada em 2000, nos estados do Maranhão e do Piauí, a comunidade enxerga o TBC como uma forma de apropriação do patrimônio regional, seja num viés de afirmação da biodiversidade e da cultura locais, seja no que diz respeito aos aproveitamentos econômico e sustentável do território e dos seus recursos. A experiência de TBC da Unidade de Conservação se destaca no componente capacitação, incluindo uma articulação para acesso ao Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC)
Reserva Extrativista (RESEX) Marinhada Baía do Iguape	Criada no ano 2000, no estado da Bahia, esta Unidade de Conservação possui legados histórico, cultural, religioso e paisagístico que conferem grande potencial ao TBC como estratégias de geração de renda e de valorizações cultural e ambiental. O projeto de TBC, protagonizado pela comunidade Quilombola da Salamina, representa formas inovadoras de planejamento e de ordenamento turísticos, que ocorrem, atualmente, embora de forma precária e com pouco retorno às comunidades da Reserva
Parque Nacional (PARNA) Marinho dos Abrolhos e Reserva Extrativista (RESEX) do Cassurubá	Abrolhos foi o primeiro parque nacional marinho brasileiro e foi criado em 1983, enquanto a RESEX de Cassurubá foi criada em 2009. As Unidades de Conservação se localizam ao sul do litoral do estado da Bahia. O TBC nasce como uma oportunidade de reunir capacidades de desenvolvimento de roteiros alternativos, que gerem distribuição mais igualitária e sustentável de renda, criando novas formas de negócios ambientalmente amigáveis e empoderamento comunitário
Reserva Extrativista (RESEX) Marinha do Pirajubaé	Primeira reserva extrativista marinha, criada em 1992, pela demanda dos pescadores artesanais, busca proteger o território de pesca e ordenar a cata do berbigão, além de salvaguardar a cultura do pescador. Localizada em Florianópolis (SC), esta Unidade de Conservação sofre toda a pressão do ambiente urbano. O TBC tem o potencial de evidenciar à sociedade o significado de uma Reserva Extrativista incrustada na capital do estado de Santa Catarina, ou seja, a realidade de uma Unidade de Conservação imersa em um contexto urbano, trazendo à tona “[...] o que existe de beleza, de história e de pesca tradicional entre o Aeroporto Hercílio Luz e o centro da cidade de Florianópolis” (BRASIL, 2019).

Fonte: Adaptado, pela autora, a partir de Brasil (2019)

Nesse sentido, a implementação do TBC em Unidades de Conservação brasileiras deve ser considerada um programa importante e expressivo, cuja realização requer ações estratégicas e articuladas entre as comunidades receptoras

e o órgão de gestão da Unidade de Conservação. O TBC é uma possibilidade efetiva, para se desenvolver o uso público e a visitação a Unidades de Conservação, gerando ganhos, relativamente à conservação das áreas protegidas, às comunidades de dentro e do entorno da unidade e aos visitantes. Porém, entende-se que há vários desafios ao estabelecimento da atividade, os quais podem ser superados, por meio da entrega de conhecimentos e de capacitação aos envolvidos com o tema.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O debate acerca do desenvolvimento é inesgotável dentro da complexidade do tema. O desenvolvimento sustentável surge como uma proposta e/ou alternativa para atender a demanda social de um desenvolvimento mais responsável com foco nos princípios e os objetivos da sustentabilidade. O turismo sustentável deve ser operacionalizado como uma ferramenta em prol da melhoria da qualidade de vida das comunidades locais, no manejo e conservação ambiental e no arranjo econômico solidário. Para assim, consolidar-se como uma alternativa ambientalmente responsável.

O TBC caracteriza-se por uma importante atividade de desenvolvimento econômico e sociocultural e já se consolida como alternativa de proteção para as áreas naturais e conservação dos ecossistemas. Promove o desenvolvimento sustentável local, a participação da comunidade em todos os processos de elaboração e execução das atividades turísticas. Essa participação é fundamental, pois fortalece o protagonismo e a organização social das comunidades do interior e do entorno das Unidades de Conservação, além de trazer melhoria de suas condições de vida, integra as comunidades à gestão da Unidade de Conservação e para que o utilize como ferramenta de conscientização dos visitantes em relação à importância dos recursos naturais.

REFERÊNCIAS

BARTHOLO, R. Sobre o sentido da proximidade: implicações para um turismo situado de base comunitária. In: BARTHOLO, R.; BURSZTYN, I.; SANSOLO, D. **Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Ed. Letra e Imagem, 2009.

BRASIL. **Lei Federal nº 9.958, de 18 de julho de 2000.** Sistema Nacional de Unidades de Conservação. Brasília, 18 jul. 2000. Disponível em http://www.mma.gov.br/estruturas/revizee/_legislacao/19_legislacao1812200809290.pdf. Acesso em: 02 fev. 2019.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **O Produto Interno Bruto (PIB).** 2020. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/pib.php>. Acesso em: 06 jun. 2020.

BRASIL. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO). **Turismo de Base Comunitária em Unidades de Conservação Federal: Princípios e Diretrizes.** Brasília: MMA, 2018. p. 01-22. Disponível em: http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/comunicacao/publicacoes/turismo_de_base_comunitaria_em_uc_2017.pdf. Acesso em: 10 dez. 2019.

BRASIL. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. **Turismo de Base Comunitária em Unidades de Conservação Federal: caderno de experiências / GUERRA, M. F.; ALVITE, C. M. de C.; SANTOS, B. de V. S. (Org.); FONTOURA, A. G. da C. et al. (Aut.); ilustrações de Daniel Dias Moreira.** 1. ed. Brasília: ICMBio-MMA, 2019.

BRASIL. Ministério do Turismo (MTur). **Plano Nacional de Turismo 2007/2010: Uma Viagem de Inclusão.** Brasília: Ministério do Turismo, 2006.

BRASIL. Ministério do Turismo (MTur). **Roteiros do Brasil: Turismo e Sustentabilidade.** Brasília: [Ministério do Turismo], 2007.

BRASIL. Ministério do Turismo (MTur). **Catálogo de Turismo de Base Comunitária.** Brasília: [Ministério do Turismo], 2008.

BRASIL. Ministério do Turismo (MTur). **Dinâmica e Diversidade do Turismo de Base Comunitária: desafio para a formulação de política pública.** Brasília: Ministério do Turismo, 2010.

BRASIL. Ministério do Turismo (MTur). **Turismo Responsável e Desenvolvimento Territorial nas Áreas Naturais Protegidas e seu Entorno.** 2014. Disponível em: http://www.turismo.gov.br/images/conselhos/conselho_nacional/documentos_conselho/Apresentacao_Mtur_PNT_em_acao_parques_naturais.pdf. Acesso em: 03 abr. 2019.

BUARQUE, S. C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável.** Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

BURSZTYN, I. A contribuição do turismo ao desenvolvimento local. In: PORTUGUEZ, A. P.; SEABRA, G. de F.; QUEIROZ, O. T. M. M. (Org.). **Turismo, espaço e estratégias de desenvolvimento local.** João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2012.

BURSZTYN, I. O ecoturismo e os hóspedes de natureza. In: BARRETTO, M.; TAMANINI, E. **Redescobrimos a ecologia do turismo**. Caxias do Sul: Educ, 2002.

BURSZTYN, I. O turismo comunitário no nordeste brasileiro. In: BARTHOLO, R.; SANSOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (Org.). **Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

BURSZTYN, I. Os limites do desenvolvimento e do turismo. **PASOS: Revista de Turismo y Patrimonio Cultural**, v. 1, n. 2, p. 161-171, jun. 2003.

BURSZTYN, I. **Políticas públicas de turismo visando a inclusão social**. 2005, 110f. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2005.

BURSZTYN, I.; BARTHOLO, R.; DELAMARO, M. Turismo para quem? Sobre caminhos de desenvolvimento e alternativas para o turismo no Brasil. In: BARTHOLO, R.; BURSZTYN, I.; SANSOLO, D. **Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Ed. Letra e Imagem, 2009.

CORIOLO, L. A Contribuição do Turismo ao Desenvolvimento Local. In: PORTUGUEZ, A. P.; SEABRA, G. de F.; QUEIROZ, O. T. M. M. **Turismo, Espaço e Estratégias do Desenvolvimento Local**. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2012. p. 61-70.

COSTA, H. A. **Destinos do turismo: percursos para a sustentabilidade**. Rio de Janeiro: FGV, 2013.

DORES, L. A. O. das. **Turismo de base comunitária como indutor de desenvolvimento local: um estudo da realidade e potencialidades no Distrito de Porto Salvo, município de Vigia de Nazaré-PA**. 2015. Dissertação (Mestrado em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia) – Programa de Pós-Graduação em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia (PPGEDAM), Núcleo de Meio Ambiente (NUMA), Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém, 2015.

DUTRA, A. da R. S. Turismo, áreas protegidas e inclusão social: diálogos entre saberes e fazeres. In: IRVING, M. de A.; RODRIGUES, C. G. de O.; RABINOVICI, A.; COSTA, H. A. (Org.). **Turismo, áreas protegidas e inclusão social: diálogos entre saberes e fazeres**. Rio de Janeiro: Ed. Folio Digital; Letra e Imagem, 2017.

FABRINO, N. H. **Turismo de Base Comunitária: dos conceitos às práticas e das práticas aos conceitos**. 2013. Dissertação (Mestrado) – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

FABRINO, N. H.; NASCIMENTO, E. P.; COSTA, H. A. Turismo de Base Comunitária: uma reflexão sobre seus conceitos e práticas. **Caderno Virtual de Turismo**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 3, p. 18-35, 2016.

HENRÍQUEZ, C.; SAMPAIO, C.; ZECHNER, T. Pensando o conceito de turismo comunitário a partir de experiências brasileiras, chilenas e costarriquenha. In: II SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE TURISMO SUSTENTÁVEL, Fortaleza/Ceará, 2008. **Anais [...]**. Fortaleza, 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL (IBAM). **Programa de Mobilização do Turismo Local**. 2019. Disponível em: <http://www.ibam.org.br/projeto/25>. Acesso em: 14 jan. 2020.

INVIRG, Marta de Azevedo. Reinventando a reflexão sobre turismo de base comunitária: inovar é possível? In; BARTHOLO, R.; BURSZTYN, I.; SANSOLO, D. (Org.). **Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. 2009. Disponível em: http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/TURISMO_DE_BASE_COMUNITxRIA.pdf. Acesso em: 20 mar. 2019.

IVARS BAIDAL, J. A. **Planificación y gestión del desarrollo turístico sostenible: propuestas para la creación de un sistema de indicadores** (Proyecto METASIG). Alicante: Universidad de Alicante; Instituto Universitario de Geografía, 2001. 75 p. (Documentos de Trabajo, n. 1)

LEVÍ, M. J. A. **O Turismo e Desenvolvimento Sustentável: Contributos do Turismo de Natureza no Desenvolvimento do Parque Nacional da Gorongosa**. 2012. Dissertação (Mestrado em Turismo) — Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa, 2012.

MAGALHÃES, A. R. Um Estudo de Desenvolvimento Sustentável do Nordeste Semi-árido. In: CAVALCANTI, C. (Org.). **Desenvolvimento e Natureza: Estudos para uma sociedade sustentável**. São Paulo: Cortez, 2003. p. 417-429.

NELSON, S. P.; PEREIRA, E. M. **Ecoturismo: práticas para o turismo sustentável**. Manaus: Ed. Vale; Uninorte, 2004.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO (OMT). **Agenda para planificadores locais: turismo sostenible y gestión municipal**. Madrid: OMT, 1999. (Edición para América Latina y el Caribe)

PINTO, P. M. **Políticas públicas de turismo na Pan-Amazônia: processos de gestão local em áreas protegidas na tríplice fronteira do Brasil, Colômbia e Peru**. 2016. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2016.

SANSOLO, D.; BURSZTYN, I. Turismo de base comunitária: potencialidade no espaço rural brasileiro. In: BARTHOLO, R.; BURSZTYN, I.; SANSOLO, D. (Org.). **Turismo de Base Comunitária**: diversidade de olhares e experiências brasileiras. 2009. Disponível em: http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o_ministerio/pub. Acesso em: 12 mar. 2019.

SOUZA, M. J. Como pode o turismo contribuir para o desenvolvimento local? In: RODRIGUES, A. B. (Org). **Turismo e desenvolvimento local**. São Paulo: Hucitec, 1999. p. 17-42.

VASCONCELLOS SOBRINHO, M. Notas Introdutórias sobre Desenvolvimento e Desenvolvimento Territorial. In: MITSCHERIN, T.; ROCHA, G. de M.; VASCONCELLOS SOBRINHO, M. **Desenvolvimento Local e o Direito à Cidade na Floresta Amazônica**. Belém: NUMA/UFPA, 2013.

WCED. **Our Common Future**. Oxford: Oxford University Press, 1987.